ISSN: 2358-8829

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM EM UM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DA UAB/UFAL.

Ana Luiza dos Reis Santos [1]
Stefany Emmanuela Messias Cruz Silva [2]
Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss [3]

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) tem se consolidado como uma modalidade estratégica para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, especialmente a partir da ampliação das políticas públicas voltadas à interiorização e expansão da formação docente. Nesse contexto, os cursos ofertados no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800/2006 (Brasil, 2006), assumem papel relevante na formação inicial e continuada de professores, possibilitando o acesso à educação superior em regiões historicamente marcadas por desigualdades sociais e educacionais. Entretanto, a expansão quantitativa da EaD impõe o desafio da garantia da qualidade pedagógica, o que exige a análise de dimensões estruturantes como a mediação pedagógica e a tutoria.

A EaD não se caracteriza pela simples transposição de conteúdos do ensino presencial para ambientes virtuais, mas por uma reorganização didático-metodológica que considera as especificidades da modalidade, como a separação espaço-temporal entre docentes e discentes e a centralidade das tecnologias digitais no processo formativo. Nessa perspectiva, Moran (2015) destaca que a qualidade da EaD está diretamente relacionada à construção de práticas pedagógicas inovadoras, interativas e centradas no estudante, nas quais a mediação docente assume papel fundamental para a promoção de aprendizagens significativas. Assim, a mediação pedagógica configura-se

[1]Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ana.santos3@cedu.ufal.br;
[2]Graduanda pelo Curso de Química Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, stefany.silva@iqb.ufal.br;
[3]Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal de Alagoas - UFAL, lilian.figueiredo@arapiraca.ufal.br.

ISSN: 2358-8829

como ação intencional que articula conteúdos, estratégias metodológicas, recursos tecnológicos e interações formativas.

O uso das tecnologias digitais, por sua vez, demanda planejamento e intencionalidade pedagógica. Kenski (2012) enfatiza que as tecnologias, por si só, não garantem aprendizagem, sendo necessário que estejam integradas a propostas didáticas que favoreçam a interação, a problematização e a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, a mediação pedagógica ultrapassa a disponibilização de materiais e envolve acompanhamento contínuo, feedback formativo e estímulo à participação ativa dos estudantes nos ambientes virtuais de aprendizagem

No âmbito da UAB, a tutoria constitui-se como elemento estruturante da organização pedagógica da EaD. O tutor desempenha funções acadêmicas, orientadoras e motivacionais, acompanhando o percurso formativo dos estudantes e contribuindo para a superação de dificuldades. Para Belloni (2015), a tutoria representa uma dimensão essencial na EaD por favorecer a humanização do processo educativo, fortalecer vínculos e reduzir índices de evasão, uma vez que aproxima os estudantes da instituição e do processo de aprendizagem. Dessa forma, a atuação do tutor não se restringe a aspectos administrativos, mas envolve acompanhamento pedagógico sistemático e mediação das interações.

A discussão acerca da mediação pedagógica e da tutoria também dialoga com a Teoria da Distância Transacional, proposta por Moore (1993), destacando que a qualidade da EaD depende do equilíbrio entre diálogo, estrutura e autonomia. Quanto maior o diálogo e a interação entre os sujeitos do processo educativo, menor tende a ser a distância transacional, favorecendo o engajamento e a aprendizagem. Nesse contexto, a mediação pedagógica e a tutoria atuam como mecanismos fundamentais para reduzir essa distância, promovendo maior proximidade intelectual e pedagógica entre professores e estudantes.

Compreende-se, portanto, que a aprendizagem na EaD deve ser concebida como processo ativo, colaborativo e mediado, no qual o estudante assume papel protagonista, mas conta com suporte pedagógico contínuo. A mediação qualificada e a atuação efetiva da tutoria contribuem para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da responsabilidade acadêmica, aspectos essenciais na formação de professores. Além disso, tais dimensões impactam diretamente a permanência e o

sucesso acadêmico, especialmente nos cursos ofertados pela UAB, cuja finalidade envolve a formação de profissionais para atuar na educação básica.

Diante desse cenário, torna-se relevante analisar as contribuições da mediação pedagógica e da tutoria para a aprendizagem nos cursos da UAB, considerando seus impactos no engajamento discente, no desempenho acadêmico e na qualidade da formação oferecida. Ao problematizar essas dimensões, este estudo busca contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas na EaD, reforçando a importância de estratégias mediadoras e da atuação qualificada dos tutores como elementos estruturantes da qualidade educacional.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar o papel da mediação pedagógica no processo de aprendizagem de um curso de especialização ofertado pela UAB no âmbito da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Como objetivos específicos, busca-se: (a) compreender como a mediação pedagógica contribui para a organização do processo de ensino e aprendizagem, para o acompanhamento acadêmico e para a qualidade formativa; e (b) identificar desafios pedagógicos e institucionais relacionados à implementação dessas práticas no contexto da EaD.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, em desenvolvimento. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão de fenômenos no contexto em que ocorrem, considerando as diferentes perspectivas envolvidas e a dinâmica do fenômeno estudado (Godoy, 1995). Nesse sentido, essa abordagem mostra-se adequada aos objetivos da pesquisa, uma vez que permite analisar não apenas as práticas de mediação pedagógica, mas também os desafios pedagógicos e institucionais relacionados à sua implementação no contexto da Educação a Distância.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de artigos científicos que tratam da EaD, da mediação pedagógica, da tutoria, da distância transacional e da organização formativa no ensino superior mediado por tecnologias, selecionados por sua relevância teórica e por sua pertinência ao objeto de estudo. A pesquisa documental, por sua vez, recorreu a documentos de natureza normativa e institucional que organizam a modalidade e o Sistema UAB, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ISSN: 2358-8829

Nacional (Brasil, 1996) e os Decretos nº 5.800/2006 e nº 9.057/2017 (Brasil, 2006; Brasil, 2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

A mediação pedagógica pode ser compreendida como um processo de interação intencional entre os sujeitos, os conhecimentos, os recursos e as experiências que constituem o processo educativo. Na perspectiva de Masetto (2006), a mediação pedagógica está relacionada à atuação do professor como facilitador e orientador da aprendizagem, estabelecendo condições para que o estudante desenvolva uma relação mais ativa com o conhecimento.

A obra Novas tecnologias e mediação pedagógica, de Moran, Masetto e Behrens (2006), constitui uma referência importante para compreender essa discussão, especialmente porque articula tecnologia, ensino, aprendizagem e mediação pedagógica. Na Educação a Distância, a mediação pedagógica adquire especificidades próprias. A presencialidade funciona por uma outra perspectiva, o que não interfere na aprendizagem do estudante. Pelo contrário, ela demanda a construção de estratégias capazes de aproximar os sujeitos, orientar os estudos, estimular a participação e acompanhar o percurso de aprendizagem.

Dessa forma, o professor e mediador atuam juntos, buscando um ensino que envolva problematizar conteúdos, orientar atividades, esclarecer dúvidas, propor questionamentos, fornecer feedbacks, estimular a participação e estabelecer relações entre o conhecimento acadêmico e a realidade vivenciada pelos estudantes, mesmo que seja por trás de uma tela. Essa concepção também pode ser relacionada à compreensão de Moore (2002) sobre a distância transacional. Para o autor, a distância na EaD não deve ser compreendida somente como separação geográfica entre professor e estudante. Existe também uma dimensão psicológica e comunicacional que precisa ser considerada no processo educativo. A teoria trabalha especialmente com as relações entre diálogo, estrutura e autonomia.

Nesse sentido, quanto mais qualificado for o diálogo estabelecido entre os participantes, maiores podem ser as possibilidades de redução das barreiras comunicacionais presentes no processo formativo. O diálogo, portanto, constitui uma dimensão essencial da mediação pedagógica, pois permite que o estudante não permaneça isolado diante dos conteúdos e das atividades propostas. A mediação

ISSN: 2358-8829

pedagógica, portanto, estabelece uma ponte entre estudante, conhecimento, professor, colegas e tecnologias. Não se trata de uma ação meramente técnica, mas de uma ação pedagógica intencional que busca favorecer a aprendizagem e a participação dos sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da experiência desenvolvida no curso de especialização em Gestão da Escola Pública no Ensino Médio, Gepem, ofertado no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), permite refletir sobre as contribuições da mediação pedagógica para a organização do processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância (EaD). A experiência também evidencia desafios institucionais relacionados à permanência dos estudantes, especialmente quando as exigências acadêmicas precisam ser conciliadas com as responsabilidades profissionais dos cursistas.

O curso de especialização do Gepem foi organizado em 18 turmas, cada uma acompanhada por um mediador pedagógico. Considerando o quantitativo inicial de 454 estudantes matriculados, a organização representava uma média aproximada de 25 estudantes por turma. Essa estrutura possibilita o acompanhamento dos cursistas, a orientação quanto às atividades acadêmicas, o esclarecimento de dúvidas e a identificação de dificuldades relacionadas ao desenvolvimento do curso. A atuação do mediador pedagógico na EaD ultrapassa a função de responder a questionamentos ou repassar orientações. Sua participação envolve o acompanhamento do percurso formativo, a promoção do diálogo, a orientação dos estudantes diante das atividades propostas e a articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, a mediação contribui para aproximar estudantes, professores e coordenação, favorecendo a construção de um ambiente virtual de aprendizagem mais organizado, participativo e acolhedor.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Masetto (2000), ao discutir a mediação pedagógica como uma ação que favorece a aprendizagem por meio da interação, do diálogo e da atuação intencional do professor. Na Educação a Distância, essa perspectiva assume importância particular, pois grande parte das interações acontece por meio de ambientes virtuais e recursos digitais, exigindo planejamento, clareza na comunicação e acompanhamento contínuo. Na experiência do Gepem, a organização das turmas com mediadores pedagógicos possibilitava uma divisão do

acompanhamento dos estudantes, contribuindo para a identificação de dúvidas recorrentes, dificuldades de compreensão das atividades e necessidades de orientação. Para os mediadores, essa experiência também pode representar uma oportunidade de desenvolvimento profissional, uma vez que demanda organização, comunicação, capacidade de escuta, domínio dos recursos tecnológicos e compreensão das particularidades da formação a distância.

Para os professores, as informações identificadas durante o acompanhamento das turmas podem oferecer subsídios para a revisão das orientações, a adequação das estratégias didáticas e a identificação de conteúdos que demandam explicações complementares. Dessa maneira, a mediação pedagógica não deve ser compreendida como uma atividade isolada, mas como parte de um trabalho colaborativo que envolve docentes, mediadores, coordenação e estudantes. Para os cursistas, especialmente aqueles que conciliam estudo, trabalho e responsabilidades familiares, o acompanhamento pedagógico pode favorecer a compreensão das atividades, a organização da rotina de estudos e o enfrentamento de dificuldades durante o percurso formativo. Entretanto, é importante reconhecer que a presença de mediadores, embora seja um elemento relevante para o acompanhamento acadêmico, não elimina todos os obstáculos que interferem na permanência dos estudantes.

Essa discussão pode ser aprofundada a partir da teoria da distância transacional, proposta por Moore (1993). Para o autor, a distância na Educação a Distância não deve ser entendida apenas em termos geográficos, pois envolve também aspectos pedagógicos e comunicacionais. O diálogo, a estrutura do curso e a autonomia do estudante são elementos importantes para compreender as relações estabelecidas nesse contexto. Assim, uma mediação que favoreça o diálogo e a orientação pode contribuir para diminuir dificuldades de comunicação e sentimentos de isolamento, embora seus efeitos dependem das condições concretas de oferta e participação. Um dos aspectos mais relevantes da experiência analisada diz respeito à relação entre o quantitativo de estudantes matriculados e o número de concluintes. Dos 454 estudantes inicialmente matriculados no Gepem, 235 concluíram o curso, correspondendo a aproximadamente 51,76% do total inicial. Por outro lado, 219 estudantes não constam entre os concluintes, representando cerca de 48,24% das matrículas iniciais.

ISSN: 2358-8829

Os dados evidenciam que pouco mais da metade dos estudantes inicialmente matriculados concluiu a formação. Esse resultado merece atenção, especialmente por se tratar de uma especialização direcionada à formação de gestores escolares, profissionais que desempenham funções importantes na organização administrativa e pedagógica das instituições de ensino. Entretanto, a interpretação desses números exige cautela. O fato de 219 estudantes não constarem entre os concluintes não permite afirmar, isoladamente, que todos abandonaram formalmente o curso ou que a mediação pedagógica foi insuficiente. Para uma análise mais precisa, seria necessário consultar os registros acadêmicos de situação final dos estudantes, distinguindo desistências formalizadas, desligamentos, reprovações, pendências e outras situações eventualmente existentes.

Entre os fatores identificados na experiência, destaca-se a desistência voluntária associada às dificuldades de conciliar a formação acadêmica com as demandas profissionais. Um dos principais obstáculos relatados foi o conflito entre o cronograma do curso e o calendário letivo da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC-AL). Embora o Gepem fosse destinado à formação de gestores escolares, as atividades previstas para os sábados coincidiam, em diversas ocasiões, com sábados letivos das instituições de ensino. Essa situação criava um conflito entre a participação nas atividades formativas e o cumprimento das responsabilidades profissionais dos gestores, que precisavam atender às demandas das escolas sob sua responsabilidade.

Esse aspecto é fundamental para a compreensão da permanência na Educação a Distância. Embora a modalidade ofereça flexibilidade em comparação com determinadas formas de ensino presencial, ela não elimina as limitações impostas pelas jornadas de trabalho, pelos calendários institucionais e pelas responsabilidades profissionais dos estudantes. Quando há atividades síncronas, encontros obrigatórios ou prazos que coincidem com compromissos profissionais, a flexibilidade pode tornar-se insuficiente para garantir a participação de todos. Nesse contexto, a desistência não deve ser analisada exclusivamente como resultado da falta de interesse, de autonomia ou de compromisso individual. É necessário considerar as condições concretas de participação oferecidas aos cursistas, bem como a articulação entre a instituição formadora e a rede de ensino à qual pertencem. A situação observada no Gepem demonstra a importância do planejamento integrado entre a universidade responsável pela oferta da especialização e a Secretaria de Educação, especialmente na definição dos

calendários e das atividades presenciais ou síncronas. Quando o público-alvo é composto por profissionais que exercem funções essenciais ao funcionamento das escolas, a organização temporal da formação precisa considerar os períodos de maior demanda de trabalho.

Entre as possibilidades de aperfeiçoamento, destacam-se a construção prévia de um calendário articulado com a rede estadual de ensino, a divulgação antecipada das atividades obrigatórias, a oferta de alternativas para situações excepcionais e a utilização de recursos assíncronos quando pedagogicamente adequados. Essas estratégias podem ampliar as possibilidades de participação, sem comprometer a qualidade da formação ou reduzir as exigências acadêmicas necessárias à conclusão da especialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, uma das principais contribuições da experiência consiste em evidenciar a importância do planejamento articulado entre a universidade e a rede pública de ensino. Em cursos voltados à formação continuada de profissionais que permanecem em exercício, a definição dos calendários deve considerar as demandas do trabalho, especialmente os períodos de maior intensidade das atividades escolares. O planejamento antecipado e a adoção de alternativas pedagógicas adequadas podem favorecer a participação e reduzir conflitos entre as obrigações profissionais e acadêmicas.

No que se refere à mediação pedagógica, conclui-se que sua contribuição não se limita à resolução de dúvidas ou ao acompanhamento das atividades no ambiente virtual. O mediador também pode colaborar para reconhecer dificuldades, acolher demandas, estimular a participação e comunicar à equipe responsável os obstáculos enfrentados pelos estudantes. Entretanto, para que essa atuação produza resultados mais amplos, é necessário que as informações identificadas durante o acompanhamento sejam consideradas nas decisões da coordenação e da instituição ofertante.

A experiência também reforça a importância de compreender a EaD como uma modalidade que exige planejamento pedagógico intencional, comunicação clara, autonomia progressiva dos estudantes e redes de apoio institucional. Conforme a perspectiva de Moore (1993), a relação entre diálogo, estrutura e autonomia contribui

para compreender as particularidades do processo educativo a distância. No caso analisado, porém, essa abordagem precisa ser articulada à análise das condições concretas de trabalho dos gestores e da organização institucional do curso.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MOORE, Michael G. Theory of transactional distance. In: KEARSLEY, Greg (org.). **Theoretical principles of distance education**. New York: Routledge, 1993. p. 22–38.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida**: um conceito-chave para a educação, hoje. In: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015. p. 27–45.